

A METRALHADORA DO JUDICIÁRIO

EDSON CARVALHO VIDIGAL*

Ministro do Superior Tribunal de Justiça

MARCOS SÁ CORRÊA

Jornalista

[30.Nov] Bancar campanha eleitoral com os cofres públicos é botar dinheiro fora. O Brasil desperdiça um sistema eleitoral informatizado e eficiente, usando-o só para distribuir mandatos de dois em dois anos. E não tem o que fazer com tanto Senador e Deputado, nem com suas Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais, que por sua vez não precisariam pagar salário aos Vereadores. E a Justiça dos Estados é inútil, pois a sociedade funciona com leis federais. Tudo isso parece forte demais para andar na boca da oposição. Não tem problema. Trata-se de uma entrevista do ministro do STJ Edson Vidigal.

Edson Vidigal, ministro do Superior Tribunal de Justiça, não é um juiz como os outros. Gosta de polêmica, talvez porque chegou a Judiciário depois de uma longa carreira no front da política. Foi jornalista antes de ter idade para votar e era Vereador no interior do Maranhão, em 1964, quando mal tomaram o poder os militares lhe cassaram o mandato. Quinze anos depois o regime militar teve que engoli-lo como Deputado Federal, equilibrando-se numa posição difícil. Pertencia à oposição, mas era amigo íntimo do senador José Sarney, presidente do partido oficial. Nem por isso aprendeu a ter papas na língua, como se vê nesta entrevista a no., que começa criticando projeto de financiamento das campanhas eleitorais com dinheiro público e acaba propondo uma faxina geral no Estado brasileiro.

O financiamento público de campanha eleitoral é boa idéia?



* Ministro do Superior Tribunal de Justiça, a partir da Constituição de 1988.

Entrevista a Marcos Sá Corrêa, com Tito Montenegro, ao site No., em 30 de novembro de 2001.

Edson Vidigal - É antes de mais nada uma idéia antiga. Eu me lembro por exemplo de dois projetos que o Diário do Congresso publicou lado a lado em 1982. Um, de autoria do Deputado Adhemar de Barros Filho, instituía o Dia Nacional do Artista Circense. O outro dispunha sobre financiamento de campanha.

Como pode se lembrar disso?

Vidigal - Porque o projeto de financiamento era meu. Na época, eu era Deputado e estava voltando dos Estados Unidos, que visitei a convite do Departamento de Estado. Lá, tinha conhecido o sistema eleitoral americano. E cheguei impressionado, por causa de minha experiência pessoal no Maranhão. Eu 1962, eu me elegi Vereador em Caxias, a segunda cidade do Estado, sem gastar um tostão na campanha. Naquele tempo as pessoas iam à praça pública ouvir discursos e ali escolhiam seus candidatos. Fiz a campanha com uma bicicleta emprestada e, como em alguns cantos do município não havia luz elétrica, levava um pacote de velas no bolso para acender nos comícios e amaldiçoar a escuridão. Fui o segundo mais votado.

Se é assim, para quê financiamento.

Vidigal - Dezesseis anos depois, quando me elegi pela primeira vez Deputado Federal, as coisas estavam mudando. Fiz a campanha utilizando dois carros, (FIAT147), comprados com salário de jornalista mais dez mil do prêmio de um concurso de contos. Para as demais despesas só precisei de um pequeno empréstimo, levantado em banco com crédito pessoal. Tão pequeno que não tive, depois, dificuldade alguma para quitar. Fui o sexto mais votado. Mas percebi que o ambiente de campanha estava mudando. Quando ia a lugares onde o dinheiro pesava, eu punha no bolso um bolo de dinheiro miúdo enrolado numa nota de muito valor. De vez em quando, puxava o maço e deixava que todo mundo visse, para dar a

impressão de que eu também tinha recursos para gastar. Por isso, quando fui convidado a conhecer os Estados Unidos, num programa do governo americano chamado –(não fui eu quem inventou o nome) – "Futuros Líderes", passei dias vendo como funcionava por lá o financiamento. E o resultado foi o projeto que acabei apresentando no Brasil (Projeto de Lei nº 5.176-A, de 1981).

Como era?

Vidigal - O candidato, ao registrar-se, ganhava um número, que correspondia a uma conta bancária. Ele usaria uma parte do horário gratuito para se apresentar ao eleitorado e pedir contribuições para cobrir os custos de campanha, previamente orçados pela Justiça Eleitoral. Quem depositasse o dinheiro no banco ganharia recibo, para descontar do imposto de renda. Todas as despesas teriam que ser cobertas por esses depósitos. E evidentemente não haveria sigilo bancário para essas contas. Qualquer pessoa, a qualquer momento, poderia fazer extrato e conferir a movimentação. Era tudo aberto. Por isso mesmo é que não passou.

Portanto, financiamento público é bom?

Vidigal - Não como está sendo falado agora. Assim ele só vai servir para abrir mais um sangradouro de recursos públicos, para um país onde não se cumpre o orçamento da saúde, da educação ou mesmo da manutenção de estradas, gastar com eleições. Numa terra com esses problemas, como se pode pensar em arrecadar dinheiro, R\$ 7 por eleitor, para financiar o Zé do Bode ou o Aírton da Maria num lugar onde o contribuinte nem sabe onde fica? Não vai diminuir a corrupção, porque não controla a possibilidade de que outras verbas corram na campanha por baixo do pano. No Brasil uma eleição municipal envolve 70 mil candidatos em mais de cinco mil municípios. Há recursos sobrando para isso?

O Brasil acaba de mostrar, inclusive aos americanos, que tem um dos sistemas eleitorais mais eficientes do mundo.

Vidigal - Mas ele quer ter também um dos sistemas eleitorais mais caros do mundo? O fato é que a estrutura que nos últimos anos se montou no país não foi pensada para ter uma Justiça Eleitoral que faz e apurar eleições de dois em dois anos. Posso dizer isso porque, quando essa história começou, eu estava no Congresso. Era então Deputado pelo PP, o Partido Popular do doutor Tancredo Neves. E soube que em Minas havia alguém fazendo experiências com a máquina de votar.

Essa que o Brasil adotou?

Vidigal - Não. Tinha mesmo era um certo parentesco com a máquina que até hoje se usa na Flórida. Funcionava à base de cartões perfurados. Para falar a verdade, era uma engenhoca meio maluca, parecendo uma pistola que o eleitor empunhava na hora de votar. Mas surgiu dali, em 1979, a idéia de informatizar a Justiça Eleitoral. Um projeto, aliás, muito estimulado naquela época pelo general Golbery do Couto e Silva, chefe do Gabinete Civil da presidência. No fundo, foi ele quem inventou essa história toda, imaginando a eleição informatizada como primeiro passo para criar um sistema de interação entre o poder público e a sociedade, um grande banco de dados para a formulação de políticas públicas e um mecanismo de consulta que se pudesse acionar a qualquer momento, para tomar decisões importantes.

Por exemplo?

Vidigal - Por exemplo, se o brasileiro quer gastar cerca de 750 milhões de reais a cada eleição com o financiamento público da campanha. Há urnas eletrônicas em todo o país. Em menos de quinze dias se poderia perguntar ao país o que pensa disso.

Não sai caro?

Vidigal - Caro é manter tudo pronto, sem funcionar, esperando a próxima eleição. O sistema foi concebido para isso ainda no regime militar. Eu estava no Congresso, como Deputado de oposição, mas os esboços do sistema pelo general Golbery passaram por lá. Eu presidia a Comissão de Ciência e Tecnologia da Câmara. E como, naquele tempo, o Legislativo tinha que usar um pouco de imaginação para achar o que fazer, fiz um seminário, chamando inventores de novos processos eleitorais para ver o que eles tinham na cabeça. As idéias andavam por Brasília. O Serpro criou um laboratório para estudar a informatização do voto. E, num tempo em que computador ainda era bicho sem cabeça, o senador José Sarney queria o título de eleitor por um cartão magnético, semelhante aos cartões de crédito.

Por que não pegou?

Vidigal - De certa forma, pegou. É o sistema que está aí, funcionando muito bem. E mais tarde a Constituição de 1988 consagrou o princípio de que o povo, de quem emana todo o poder, pode exercê-lo através de seus representantes eleitos ou diretamente. Está lá, no Artigo 14. Sua soberania se realiza através de plebiscito, referendo ou iniciativa popular. O que significa isso? Quer dizer que o Congresso, embora eleito, deve devolver para a sociedade certas questões de sua pauta. Mas acho que a maioria dos congressistas não percebeu a diferença. Nossos senadores têm oito anos de mandatos. No fim do mandato, oito anos depois da eleição, nada garante que sua afinidade com o voto popular continue intata.

O Sr. está propondo diminuir o mandato de senador?

Vidigal - Estou dizendo que é hora de discutir o papel dos políticos. Mesmo porque a política, no Brasil, está virando uma profissão rendosa, além de ser uma fuga para a impunidade, por conta da imunidade

parlamentar. Fui Deputado e nunca precisei de imunidade. Sou juiz e não tenho imunidade. Já fui processado uma vez no Supremo Tribunal Federal, porque mandei citar um desembargador por edital, o que nunca havia acontecido antes, e ele se considerou ofendido em sua honra. Todo o papel do político precisa ser redefinido. É preciso rever o papel do parlamentar, que essencialmente tem duas funções indispensáveis à sociedade. Primeiro, a elaboração do orçamento, que alguém precisa fazer em nome da sociedade, pois ela não pode cuidar disso diretamente, apesar dos resultados positivos do orçamento participativo em cidades em Estados administrados pelo PT. Aliás, o que é o orçamento participativo? É exatamente aquilo que os representantes do povo deveriam fazer, se estivessem mesmo afinados com suas bases. Depois da elaboração do orçamento, um trabalho importante do parlamentar é a fiscalização, porque também interessa à sociedade saber o que andam fazendo com seu dinheiro.

Numa revisão como essa, os políticos perderiam alguma coisa?

Vidigal - Sem dúvida. Mas, para quê 81 senadores? Um Senado com dois representantes por Estado estaria de bom tamanho. Oito anos de mandato para o senador também é exagero. Deveriam ser quatro, no máximo. Na Câmara, há Deputado demais. Poderia funcionar com a metade das bancadas. Duzentos Deputados seriam suficientes. E por que dar a eles quatro anos de mandato, se é cada vez mais fácil elegê-los a cada dois anos? Enfim, todo esse aparato eleitoral foi erguido para modernizar o Estado brasileiro. Mas tem servido para equipar com estruturas modernas um Estado decadente.

Pode-se pensar numa reforma dessas de alto a baixo?

Vidigal - Claro. O que faz uma Assembléia Legislativa? Certamente, não é uma casa de leis porque, no formato da federação brasileira, a União tem competência exclusiva para quase tudo o que importa, até para legislar sobre direito espacial, coisa que sequer existe, mas já lhe foi reservada. Então, não há nada para a assembléia fazer senão orçamento e fiscalização. As Câmaras Municipais, menos ainda. Vereador vem devedor, uma tradição portuguesa. É aquele que via como andavam as coisas na administração pública. E, francamente, ele não precisa ser muito mais do que isso. É aquela pessoa que mora num bairro ou numa cidade e sabe o que está acontecendo. Cada vez mais, milhares de ONGs fazem isso de graça. Mas, para prestar o mesmo serviço cívico numa Câmara Municipal, todo mundo quer ganhar e ganhar bem.

O Vereador trabalharia de mão beijada?

Vidigal - Qual é espanto? Era assim nas pequenas cidades até recentemente. O ideal seria as Câmaras Municipais funcionarem como escolas de homens públicos, em que os Vereadores fossem eleitos para que durante 90 dias por ano se dedicassem a elaboração e discussão do orçamento. Depois, instalava-se uma comissão para fiscalizar a execução do orçamento, mesmo porque isso é cada vez mais tarefa institucional do Ministério Público, que é quem provoca ações por improbidade administrativa. A função que está mudando de mãos. Sobra cada vez menos para os políticos e é bom que isso aconteça. As Câmaras Municipais e Assembléias deveriam encolher para se adaptar. Os Tribunais de Contas por sua vez poderiam ser extintos, porque não fazem falta. Seu serviço sai mais barato e provavelmente melhor se for entregue a auditorias independentes.

E na Justiça não se mexe?

Vidigal - Há muito o que fazer com a Justiça. Mas vejam-se estes dados. O Superior Tribunal de Justiça, no ano passado, recebeu 118.977 processos. A segunda instância da Justiça Federal está nos Tribunais Regionais, que são cinco para todo o Brasil. Eles receberam e julgaram 543.975 processos em 1999. Para se ter uma idéia do que é isso, o Tribunal Regional Federal do Rio de Janeiro recebeu 55.738 processos. O de São Paulo, 185.290. Ou seja: ao mesmo tempo que reclama do Judiciário, que é moroso, não decide, o país o entope de trabalho. É sinal de que ele ainda apesar de tudo, não deixou de ser o Poder em que as pessoas acreditam. Este ano, de janeiro a outubro, o STJ recebeu 120.981 processos, mais do que no ano passado inteiro. Julgou 107.339. Deixou pendentes apenas 13.642. Significa que morosidade aqui, na Justiça Federal, não existe. Só este ministro julgou 4.342 processos.

E onde está a ineficiência?

Vidigal - Nos Tribunais dos Estados. Ora, se no Brasil os Estados não têm competência legislativa, ou seja, não fazem lei que diga respeito à vida das pessoas, pois as leis civis e penais são todas federais, por que dividir as competências entre a Justiça Federal e estadual? É claro que não faz sentido os Estados pagarem uma Justiça estadual para aplicar uma lei federal. Há Estados que pagam 22 mil reais por mês a seus desembargadores. E a Justiça Federal não pode fazer nada a esse respeito, porque os Estados são autônomos. Autônomos, é claro, só para gastar.

Mas pelo menos os Tribunais Estaduais funcionam bem?

Vidigal - Desconfio que não. No Brasil, como se sabe, as pessoas não se conformam com decisões judiciais. Todo mundo recorre. Então eu gostaria que me explicassem por que o STJ, tribunal criado pela Constituição para uniformizar a linguagem da Justiça, recebeu em outubro do tribunal do

Amapá apenas três recursos. Trata-se de um Estado pequeno, novo? Então, por que de Pernambuco subiram só 43 processos? Será que só 34 pernambucanos resolveram em outubro se insurgir contra as decisões da Justiça estadual? Do Maranhão, vieram 17 recursos. E o Estado tem cinco milhões de habitantes.

Os números querem dizer que...

Vidigal - ...Das duas, uma: ou esses Tribunais estão julgando muito bem ou estão julgando muito pouco. Eu acho que estão julgando pouco. [30.Nov]